

A EDUCAÇÃO ECONÔMICA COMO FOMENTO À ECONOMIA COLABORATIVA E O BIOPODER

ECONOMIC EDUCATION AS A PROMOTION TO THE COLLABORATIVE ECONOMY AND THE BIOPOWER

Enéias dos Santos Coelho¹
Fernanda Granja Cavalcante da Costa²

RESUMO: A educação econômica como fomento à economia colaborativa e o biopoder. A economia colaborativa está cada vez mais presente em nosso cotidiano. Mostra-se como uma mudança de paradigma na forma de consumo. Um dos principais mecanismos de seu fomento é a educação econômica. O objetivo é identificar a relação da educação econômica e a economia colaborativa com o biopoder, analisando se ela é uma técnica de controle da população. O método utilizado para o desenvolvimento deste trabalho foi o dedutivo, a partir da análise dos estudos sobre poder realizados por Foucault. A relevância do trabalho reside na necessidade se a economia colaborativa é um meio de resistência ou um mecanismo do biopoder.

Palavras-chave: educação econômica, biopoder, economia colaborativa, técnica.

ABSTRACT: Economic education as a promotion to the collaborative economy and biopower. Collaborative economics is increasingly present in our daily lives. It is shown as a paradigm shift in the form of consumption. One of the main mechanisms of its development is economic education. The objective is to identify the relationship between economic education and the collaborative economy with biopower, analyzing whether it is a population control technique. The method used for the development of this work was the deductive, based on the analysis of the studies on power performed by Foucault. The relevance of the work lies in the necessity if the collaborative economy is a means of resistance or a mechanism of biopower. .

Keywords: economic education, biopower, collaborative economics, and technology.

1 INTRODUÇÃO

É cada vez mais visível a difusão de formas de consumo pautadas no compartilhamento, em que dispensa a aquisição de bens para que o sujeito usufrua de suas utilidades. Sem dúvida a ideia de compartilhamento presente na economia colaborativa tem

¹ Mestre pela Universidade de Marília – UNIMAR, eneiascoelho@hotmail.com

² Mestra pela Universidade de Marília – UNIMAR, nanda8143@hotmail.com

impacto direto nas formas de consumo usuais, na medida em que consumo de bens novos perderá força e poderá atingir o mercado.

Diante deste cenário se pretende fazer uma reflexão se a economia colaborativa é um dos mecanismos ou técnicas próprias do biopoder, cuja ideia principal é a estabilização do poder a partir de políticas voltadas para a preservação da sanidade e longevidade da população.

Para tal desiderato, será explorado o tema do biopoder, a partir dos ensinamentos de Foucault, refletindo acerca das técnicas de poder sobre os corpos, bem como sua relação com economia e aspectos da própria economia colaborativa.

2 ASPECTOS ACERCA DA BIOPODER

A busca pelo poder sempre esteve presente e é ínsito do ser vivente, sendo fator preponderante em épocas mais remotas, para a própria sobrevivência. Nos primórdios, longe de uma estrutura civilizatória, o poder de subjugar era essencial para a sobrevivência, apresentando-se como necessário para que o sujeito permanecesse vivo, seja como forma de obter o mínimo para se manter vivo ou para que não fosse subjugado por outrem.

Com o passar dos tempos, o poder passa por mudanças, especialmente em decorrência da racionalização da condução da vida em sociedade, sendo que a força física como instrumento de obtenção e manutenção do poder, deixa de ser fator principal para tal desiderato. A imposição do poder, com o tempo, passa a apreender novos métodos e a ser imposto através de mecanismos diversos.

O poder na sociedade contemporânea não é mais visto com as mesmas características que outrora se apresentava, tendo o poder pela força física se perdido no tempo. Embora o poder ainda tenha como fito a apropriação de algo, ou seja, o poder como instrumento para obtenção de legitimação política, social ou econômica, os meios para se impô-lo se apresentam muito mais sutis, de modo que a dominação se exerce através de aspetos dos mais diversos possíveis e de forma infinitamente estratificado e diluído na sociedade.

Utilizando-se das reflexões e ensinamentos de Foucault (1979, p. 285-286), observa-se que ele analisa o poder impondo um corte temporal e afirma que:

Esquemáticamente, se poderia dizer que arte de governar encontra, no final do século XVI e início do século XVII, uma primeira forma de cristalização, ao se organizar em torno do tema de uma razão de Estado. Razão de Estado entendida não no sentido pejorativo e negativo que hoje é dado (ligado à

infração dos princípios do direito, da equidade ou da humanidade por interesse exclusivo do Estado), mas no sentido positivo e pleno: o Estado se governa segundo regras que lhe são próprias, que não se deduzem nem das leis naturais e divinas, nem dos preceitos da sabedoria ou da prudência; o Estado, como a natureza, tem sua racionalidade própria, ainda que de outro tipo.

O poder neste período, exercido pelo Estado como forma auto afirmativa, se justifica na soberania estatal, obtida através do regramento da vida em sociedade. A principal característica do exercício do poder neste período é o seu caráter disciplinar, na medida em que o Estado, através de seus governantes, afirmava seu poder subjugando os governados a regras disciplinares imprescindíveis para a manutenção do próprio poder.

Outro aspecto digno de nota, acerca do poder fundado na soberania, é que a importância primeira do Estado era o seu empoderamento quantitativo, acumulando território, recursos naturais, metais preciosos, quantidade de habitantes e tudo mais que se pudesse quantificar e exteriorizar riqueza, conforme ensina Médici (2011, p. 59). Veja que o indivíduo era irrelevante para o exercício do poder pelo Estado, pois o que importava era a riqueza acumulada e a submissão as regras disciplinares impostas. Este cenário representava a célebre síntese do poder soberano de “fazer morrer e deixar viver”.

Como o indivíduo era irrelevante para o Estado e nesta visão não tinha influência no poder até então exercido, aos insurgentes das disciplinas impostas pelo Estado lhes eram retiradas as vidas e aos que se subjugavam a vida lhes era permitida, mas não garantida. Sampaio (2010, p. 23) afirma que Foucault idealizou o termo biopoder “*para descrever os novos dispositivos e agenciamentos das relações de poder do fim do século XVIII e início do XIX, centrados na ideia de população e na gestão da vida*”.

A partir deste momento, Foucault analisa o poder sob outro enfoque, apontando que o seu exercício deixa de ser centrado exclusivamente na soberania, passando a se valer de outros instrumentos que viabilizam o seu domínio. Ainda, destaca-se que o caráter disciplinar cede lugar a outras formas de controle, com uma mudança sensível de paradigma. Mas esta mudança de paradigma se funda em constatações de economistas políticos, conforme alerta Médici (2011, p. 58):

Hay que recordar que los economistas políticos clásicos en el siglo XVII, Adam Smith, David Ricardo y en su estela, pero de forma crítica, Carlos Marx, habían concluido en la simple verdad de que la riqueza de las naciones está dada por el trabajo, por la actividad de sus poblaciones, por lo tanto, la reproducción vital, la regulación de sus ciclos vitales, y el

aseguramiento de su salud y educación eran estratégicas para el fortalecimiento del poder mismo.

Percebeu-se que a força motriz do Estado não está na sua riqueza quantitativa, mas sim em sua população, na medida em que toda riqueza é produzida através da força de trabalho dos corpos que o compõe. As pessoas produzindo riqueza, por meio da produção e circulação de bens, se evidenciaram como essencial à riqueza do próprio Estado e vital para a manutenção do poder.

Portanto, a partir da ideia de biopoder idealizada por Foucault, o poder passa ser imposto e exercido a partir de técnicas que envolvem a população, controlando-os através de mecanismos diverso do outrora utilizado, ou seja, não deposita toda gerência da população no disciplinamento, mas passa a envolver e a potencializar os sujeitos para que se comportem de modo necessário a manutenção do poder. Médici (2011, p. 58-59) afirma que:

A partir de entonces, y a diferencia de lo que Foucault llama el paradigma del poder soberano, la población pasa a ser cualitativamente importante para el vigor y mantenimiento del poder. (...) Ahora se trata de la productividad de la vida de la población, el recurso estratégico principal que el poder (biopoder) debe cuidar, promover, manipular y cultivar.

Logo a vida do sujeito passa a ser peça chave para o poder, servindo-se os agentes interessados em sua manutenção a lançar mão de técnicas para o prolongamento e cuidado da vida da população. Para Serva e Dias (2016, p. 427):

Os mencionados mecanismos de controle ou dispositivos de segurança se caracterizam, na maioria das vezes, como projetos, programas, campanhas, pesquisas, estatísticas etc, os quais tem como principal objetivo impor à coletividade atendida essa ou aquela conduta, em relação aos mais diversos temas, como fecundidade, natalidade, consumo etc.

Inferese-se que as formas de controle do sujeito podem influenciar em diversos aspectos da vida, contudo, todas com o mesmo objetivo, ou seja, de conduzir a conduta do sujeito para a satisfação de interesses dos agentes que exercitam o poder. Todavia, diferentemente do caráter disciplinar presente no poder soberano, o controle imposto pelo biopoder é sutil e deixa visível uma ideia carecedora de intenções políticas, mas que subliminarmente tem o condão de controlar e direcionar a conduta dos sujeitos.

Ademais, são técnicas de controle que externam uma preocupação com o bem-estar da população, cuja intenção é gerar “corpos dóceis”, como forma de conter eventuais insurgências à política ou programas sociais impostos e principalmente contra o agente que

exercita o poder. Percebe-se que a síntese do poder de soberania (fazer morrer, deixar viver), no contexto do biopoder é alterado, nos termos do que afirmam Alverga e Dimenstein (2009, p. 301):

Nestes termos, é importante destacar que, ao contrário do poder significar um mecanismo de retirada, subtração, extorsão, de supressão da própria vida como características do poder de soberania (vigentes principalmente até o século XVIII), o regime do biopoder estará destinado a produzir forças, fazê-las crescer, ordená-las, geri-las. Extraí-se daí a noção afirmativa do poder enquanto uma tecnologia para gerir a vida.

Com a constatação de que vida dos corpos controlada é geradora e mantenedora de poder, passa a se preocupar com a vida, no intento de “fazer viver e deixar morrer”, sendo que, para Mendes, Bonilha, Ichikawa e Sachuk (2015, p. 697), o *“fazer viver” está assentado na utilidade da população para o sistema, assim como o “deixar morrer” está vinculado à despreocupação com uma casta dessa população incapacitada de gerar benefícios sociais e econômicos”*.

3 A RELAÇÃO DO BIOPODER COM A ECONOMIA

Antes de analisar os aspectos relacionados a economia colaborativa, é de bom tom que se trace, ainda que sucintamente, a relação do biopoder com a economia. Segundo Sampaio (2010, p. 24):

O desenvolvimento do capitalismo torna imprescindível essa alteração na tecnologia do poder, mas ao mesmo tempo, é essa modificação que torna possível tal desenvolvimento: há uma constante implicação entre o crescimento do capitalismo e a biopoder. Se a garantia da manutenção desse modo de produção passa pelos aparelhos de Estado, o biopoder age internamente no processo econômico de gestão do capital, sendo-lhe funcional e operatória.

Veja que o biopoder está diretamente relacionado com o sistema econômico capitalista, já que a partir de seus mecanismos de controle é possível a condução do processo econômico, seja incentivando e garantindo a circulação de riqueza através do cuidado com os corpos. Cuida-se dos corpos para garantir força de trabalho para atuar da produção, bem ainda para o próprio consumo.

Embora pareça que o biopoder tenha sido analisado e idealizado como forma de controle da população em prol da manutenção do poder político, não se pode desprezar que

este sistema de gestão de pessoas também pode, e salienta-se, também é utilizado na economia.

Ressalta-se que a inserção na mídia por agentes econômicos interessados, de informações ligadas ao corpo, com certeza produz uma condução do modo de agir da população, interferindo deste modo no processo econômico. Não só isso, mas o próprio Estado ao lançar mão de técnicas de gerenciamento em proveito da manutenção e controle do poder, interfere no mercado e via de consequência na economia. Médici (2011, p. 70) explica que:

Pero a diferencia del liberalismo clásico, que consideraba que simplemente había que liberar la realidad natural del homo oeconomicus y del mercado, la gubernamentalidad neoliberal es constructivista: se trata de una realidad que hay que fabricar. Para los sujetos del neoliberalismo el interés en la propia realización personal, su capacidad de elección, sólo pueden brotar en un entorno adecuadamente construido y programado.

Por lo tanto, paradójicamente el estado que debe retirarse, o no ser visible, aparece explícitamente promoviendo de forma activa y agresiva un entorno en el que puedan desplegarse las estrategias de la gubernamentalidad neoliberal. Pero lo hace a través de una «interfase» o retícula de dispositivos que fortalecen y crean los mercados. Para ello la regulación debe asegurarlos y promoverlos.

Infer-se que embora o sistema econômico neoliberal tenha como característica o absenteísmo estatal, os dispositivos utilizados pelo Estado para o controle da população, visando a máxima “fazer viver”, maximizam o mercado, seja aumentando ou criando novos fluxos de riqueza, externando consequentemente o imbricamento existente entre o biopoder e a economia. Para Pereira (2015, p. 70):

através do desenvolvimento da disciplina corpórea, o corpo foi submetido ao processo de domesticação, que o tornou mais dócil, para o exercício da atividade de produção fabril. Portanto, considera-se o desenvolvimento do biopoder como um importante momento do desenvolvimento do capitalismo, visto que, através dele, se pode alcançar um maior controle sobre a população e, consequentemente, uma adaptação mais fácil aos processos econômicos.

A mesma autora (2015, p. 83), ainda afirma que:

Nessa atual sociedade capitalista, onde a razão governamental se caracteriza como neoliberal, a produção e o consumo precisam ser livres e a população precisa ser governada e mantida saudável para produzir e consumir mais, para gerar lucro àqueles que detêm o poder e o controle da sociedade.

Portanto, extrai-se a essencialidade do biopoder para a fluidez do sistema econômico, já que o mercado necessita de uma população saudável e ativa, para proporcionar a circulação de riqueza, bem como de uma população domesticada ou controlada, capaz de aceitar com resiliência as regras do mercado.

4 A ECONOMIA COLABORATIVA E O BIOPODER

A produção em massa, a rapidez da evolução tecnológica e a facilidade de comunicação, são fatores que tem elevado o consumo a níveis antes jamais visto. Vive-se num momento em que a satisfação pessoal se traduz na aquisição de bens, evidenciando o que Bauman chama de "sociedade de consumo". Bauman (2007, p. 106) ensina que:

A sociedade de consumo tem por base a premissa de satisfazer os desejos humanos de uma forma que nenhuma sociedade do passado pôde realizar ou sonhar. A promessa de satisfação, no entanto, só permanecerá sedutora enquanto o desejo continuar irrealizado; o que é mais importante, enquanto houver uma suspeita de o desejo não foi plena e totalmente satisfeito.

Entretanto, o consumo desenfreado e irresponsável pode redundar em consequências funestas para futuras gerações, na medida em que os recursos naturais hoje utilizados na produção de bens em sua grande maioria são finitos. Ressalta-se que na "sociedade de consumo" a satisfação nunca é integral, a exigir um consumo contínuo, levando também ao descarte em proporções inimagináveis de bens em desuso.

Como forma de conter ou ao menos suavizar esse movimento incessante de consumo, inúmeros são as teorias e estudos que surgem, seja no campo social, educacional, econômico, filosófico ou jurídico. Segundo Lima (2016, p. 119):

Atualmente, pode-se dizer que se está vivendo um declínio da forma convencional do consumo, que se encontra passando por uma evolução positiva, revolucionando conceitos, que certamente marcarão a existência humana tão incisivamente quanto a Revolução Industrial no seu tempo.

Neste cenário muito se discute acerca do modelo socioeconômico rotulado de consumo colaborativo, calcado no sistema de compartilhamento de bens e serviços. Defende-se uma quebra de paradigma, cujo modelo econômico do "ter" é relegado, contudo, o "usufruir" continua com todo seu vigor.

No consumo colaborativo se pretende a maximização do uso ou exploração de um bem, de forma a aumentar os benefícios deles decorrentes, devido à diminuição do seu período de ociosidade. Desta forma, compartilha-se o bem com outras pessoas, que o utilizarão sem a necessidade de sua aquisição. Ressurge a ideia de troca ou compartilhamento, não se tratando de um modelo novo e revolucionário. Para Lima (2016, p. 124):

Embora o tema consumo colaborativo em si ainda seja considerado novo, a sua ideia central o compartilhamento na verdade é a reprodução de uma prática antiga: a habilidade para negociar entre pares, ou seja, pessoa para pessoa (peer to peer), que foi utilizada pelas sociedades mais antigas. Esta é vista como uma forma de proporcionar aos indivíduos a satisfação das suas necessidades, sem, contudo, ter que adquirir a propriedade de determinado bem, fundamentando-se na base do desejo de compartilhar, redistribuir bens tangíveis (bens de consumo diversos) e intangíveis (serviços, tempo e até dinheiro). A sociedade voltou a interagir seus membros, as pessoas interessadas estão colocando seus ativos subutilizados à disposição daqueles que têm desejo utilizar temporariamente ou não os bens ofertados no universo do consumo.

O que se percebe é que com a tecnologia e os meios de comunicação as formas de compartilhamento ganham contornos mais sofisticados e alcance muito maior do que se via no passado. Merten (2016, p. 19) explica que

O consumo colaborativo surge como uma forma de consumo que se opõe à ideia da aquisição excessiva de bens e serviços. Esse consumo é capaz de fazer com que as pessoas tenham acesso aos produtos que desejam sem que, necessariamente, tenham que adquirir.

Para que o indivíduo tenha acesso ao bem de consumo, dispensa-se através do consumo colaborativo a aquisição do bem. O consumo colaborativo é organizado em três sistemas, segundo Bostman e Rogers (2011, p. 61): "*sistemas de serviços de produtos, mercados de redistribuição e estilos de vida de colaboração*". No sistema de serviços de produtos o sujeito usa o produto, sem a necessidade de adquiri-lo. Para Bostman e Rogers (2011, p. 61):

Em um SSP, um serviço permite que vários produtos de propriedade de uma empresa sejam compartilhados (compartilhamento de carros, energia solar, lavanderias automáticas), ou que produtos de propriedade privada sejam compartilhados entre pares [...].

Neste sistema, a utilização do bem se intensifica, diminuindo a sua ociosidade e permite que pessoas tenham acesso aos mesmos, sem a necessidade de sua aquisição. No sistema de redistribuição verifica-se a circulação de bens usados. No Brasil é possível apontar

Cadernos da Fucamp, v.18, n.34, p.16-28/2019

como exemplo a plataforma tecnológica OLX, em que se permite anunciar bens para venda, atingindo um alcance mundial. Por fim, no sistema estilo de vida de colaboração, Bostman e Rogers (2011, fl. 62) afirmam que:

Não são apenas bens tangíveis como carros, bicicletas e artigos usados que podem ser compartilhados, trocados e permutados. Pessoas com interesses semelhantes estão se reunindo para compartilhar e trocar ativos menos tangíveis, como tempo, espaço, habilidades e dinheiro, o que chamados de estilos de vida colaborativo.

Neste sistema é possível encontrar o compartilhamento de vagas de garagem, trocas de horas de serviço ou até mesmo o compartilhamento de hortas e jardins. Neste cenário, a educação econômica traçada desde a educação básica até campanhas educacionais tem tomado corpo e se mostrado como grande auxiliador da chamada economia colaborativa, tal como exposta. Diante das características apontadas acerca da economia colaborativa, dúvidas parecem não remanescer quanto a ligação com o biopoder.

Conforme já restou demonstrado, o biopoder está presente na economia, na medida em que estabelece o controle da população, induzindo ao consumo e gerenciando a força de trabalho necessária para a produção. Basta fazer uma retrospectiva dos últimos anos que é possível constatar as inúmeras concessões de benefícios fiscais pelo Estado a determinados segmentos industriais, com o fito de aumentar o consumo e via de consequência a produção.

Observa-se que esta prática nada mais é do que uma técnica de controle, já que deixa transparecer que se trata de uma política pública que visa a satisfação de pretensões consumeristas da grande massa, citando como exemplo os benefícios fiscais concedidos as indústrias de chamada linha branca (eletrodomésticos) e de veículos automotores, e assim impondo uma domesticação da população.

Não se deve olvidar que esta técnica não reside apenas na concessão de benefícios fiscal, para viabilizar o acesso ao bem de consumo pela população, mas também pela veiculação de propaganda de governo, em que se apresenta um cenário ideal para o consumo, a partir da redução do valor do bem.

Contudo, a economia colaborativa parece vir de encontro as práticas incentivadoras de consumo. Neste ponto, resta a dúvida se este movimento de compartilhamento e consciência de consumo, que interfere no sistema econômico capitalista, é uma reação as técnicas de biopoder apontadas ou se trata na verdade de uma alteração no curso do controle que o Estado impõe.

Explica Mação (2016) que:

No entanto, certa literatura política de nosso século buscou relacionar a vida aos fenômenos políticos, não apenas para constatar sua colonização pelos mecanismos cada vez mais eficientes do poder, mas, antes, para indicar sua potência ou sua capacidade de resistência diante dos poderes instituídos. As amarras das atuais relações de poder, cerceadoras da vida, podem parecer impossíveis de serem desatadas, mas, como diria Helena (a mulher clone do seriado Orphan Black), “para um rato, um pequeno buraco é uma porta”: há sempre um plano de fuga ou uma escapatória.

O biopoder deve ser encarado como fenômeno dúplice, pois ao mesmo tempo em que aponta para a existência de técnicas capazes de impor e garantir o poder, também deve ser entendido que se a vida deve ser controlada é porque ela possui uma potencialidade de insurgência contra este poder.

Portanto, a economia colaborativa, cuja intenção é a maximização do uso dos bens de consumo, de algum modo se choca com as políticas públicas e programas colocados em prática no Brasil, onde o consumo era o verdadeiro objeto.

A maximização da exploração de um bem, pode parecer que resultará essencialmente na diminuição de sua produção, na medida em que será usado por um número maior de pessoas, esvaziando a necessidade frenética de aquisição por um número infinito de usuários ou a aquisição periódica de um bem novo. Explica Lima que (2016, p. 121):

O consumo colaborativo surge para reativar um conceito duradouro de consumo que pode ser amplamente utilizado por pessoas em todos os setores e deve ser fundamentado em estruturas claras que tornam teorias complexas em simples, desburocratizando o consumo literalmente, validando-se na conservação da sustentabilidade e na aproximação dos pares com novos tipos de participação, colaboração e partilha; restaurando valores perdidos, como v.g., confiança, reputação e privacidade no século XXI; apresentando um novo modelo de negócios, dando lugar a uma espécie de economia colaborativa que tem o condão de mudar indústrias e impactar vidas diárias; além de manter o meio ambiente equilibrado.

Neste cenário pode-se defender a ideia de que a economia colaborativa é uma resistência ao controle exercido sobre os corpos, arrefecendo o consumo, sem, contudo, privar a população de usufruir dos bens desejados e necessário, na medida em que faz circular bens usados. Entretanto, por outro lado, a economia colaborativa também pode se apresentar como uma nova técnica de poder, que visa controlar a população, com o mote de consumo consciente e sustentabilidade, para garantia de vida longa e saudável.

Ressalta-se a crescente preocupação do Estado e dos agentes econômicos com a minimização do uso dos recursos naturais necessários à cadeia produtiva dos bens de Cadernos da Fucamp, v.18, n.34, p.16-28/2019

consumo. Esta preocupação reside na percepção de que as matérias primas essenciais para a manutenção da produção são finitas, bem ainda no fato de se ter que preservar o ambiente, como medida imprescindível para a própria manutenção sadia dos corpos necessários para o poder em si.

Assim, a economia colaborativa pode representar o despertar do Estado para um novo panorama de medidas a serem lançadas para o controle da população.

Não se pode olvidar ainda, que nos últimos anos viveu-se uma verdadeira crise econômica, com índices de desemprego em níveis chamais vistos. O desempregado, de certo modo, pode ser considerado um corpo inativo, já que não produz e não consome, não interessando às políticas de controle do Estado. Também neste cenário, é possível especular a economia colaborativa como uma técnica de solução imediata do problema, sem, contudo, uma solução estrutural.

Isso porque, estimula-se trocas e práticas de serviços, sem as tecnologias, sofisticação e conhecimentos hoje existentes no mercado de consumo, em uma tentativa de estimular a circulação de riqueza a partir da própria capacidade do indivíduo. Ensina Médici (2011, p. 70):

Se trata de transformar al individuo necesitado y reclamante de bienes, el ciudadano social, en un individuo activo y autorresponsable, capaz de elegir por sí mismo y de sacarle partido a sus recursos personales en la búsqueda de su propio estilo de vida. Un «empresario de sí mismo» (2005: 92). Por lo tanto, tiende a cambiarse la estrategia de la gestión del riesgo a través de la solidaridad social por estrategias de autorresponsabilización que pasan por ejemplo, por tener la capacidad de elegir y pagar su capacitación, sus seguros privados de salud y de vejez.

En esta línea se articulan tres dispositivos claves: la promoción de una cultura empresarial, la creación artificial de mercados, y un «nuevo prudencialismo».

Assim, também é possível constatar na ideia de economia colaborativa a intenção de estimular ideia de “empresário de si mesmo”, já que intenta a promoção de trabalhos autônomos, podendo se tratar de uma técnica de poder do Estado que visa apaziguar os reflexos da crise que levou ao alto índice de desemprego.

CONCLUSÃO

Constata-se que o poder sempre esteve presente no cotidiano da humanidade. Todavia, é possível perceber que as formas de obtenção e manutenção do poder sofreram mutações com o decorrer do tempo. Estas mutações nem sempre representaram a aniquilação de outros mecanismos de poder, conforme se verifica da análise de poder por Foucault, ao deixar transparecer que o poder da soberania, cuja ideia principal é o caráter disciplinar, é somado a ideia de biopoder, cuja utilização de mecanismos de controle dos corpos resultam em sua garantia.

Pautando-se na ideia de controle da população, com foco na vida e preservação dos corpos, foi possível identificar uma simbiose com economia. O mercado capitalista necessita de corpos ativos e saudáveis para a produção e promoção da circulação de riqueza, bem ainda resignados, e sem dúvida estas condições são alcançadas a partir dos mecanismos de biopoder utilizados pelo Estado.

Entretanto, algumas formas de circulação de bens e riquezas idealizadas no bojo do sistema econômico colaborativo, tem se apresentado como estratégias disruptivas, rompendo-se com técnicas sedimentadas de exploração do capital. O que se observa é que na economia colaborativa o consumo perde força, em razão do compartilhamento e por consequência maximização do uso dos bens de consumo.

Neste cenário foi possível verificar que a economia colaborativa pode se apresentar com uma forma de insurgência contra as técnicas de poder calcadas no biopoder. Todavia, a ideia de resistência não é absoluta, pois com a crescente preocupação do Estado com o bem-estar social dos corpos atuais e futuros, também é possível inferir da economia colaborativa, que pode se tratar de um novo rumo, utilizando-se de novos mecanismos de controle sobre a população.

Deste modo, embora incerta, parece que o Estado passou a utilizar-se do mote da sustentabilidade e consumo consciente para instalar novos mecanismos de poder sobre os corpos, valendo-se de todas as lições do biopoder.

REFERÊNCIAS

ALVERGA, Alex Reinecke; DIMENSTEIN, Magda. **Turismo e consumo das cidades:** apontamentos sobre o biopoder. Revista Mal-Estar e Subjetividade, Fortaleza, v. IX, n. 1, p. 277-311, mar/2019.

BAUMAN, Zygmund. **Vida líquida.** Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

BOTSMAN, Rachel; ROGERS, Roo. **O que é seu é meu - Como o consumo colaborativo vai mudar o nosso mundo**. Porto Alegre, Bookman Editora, 2011.

FOUCAULT, Michel. A governamentalidade, in: **ID., Microfísica do poder**. Rio de Janeiro, Graal, 1979.

LIMA, Gabriela Eulalio de. **A sociedade de consumo e o desenvolvimento sustentável construído a partir do consumo colaborativo**. Marília : UNIMAR, 2016.

MAÇÃO, Izabel Rizzi. **Biopoder e biopotência: uma vida**. In: 4º Seminário Internacional de Educação e Sexualidade e 2º Encontro Internacional de Estudos de Gênero, 2016, Vitória. Anais do 4º Seminário Internacional de Educação e Sexualidade e do 2º Encontro Internacional de Estudos de Gênero, 2016.

MÉDICI, Alejandro. **El malestar en la cultura jurídica: Ensayos críticos sobre políticas del derecho y derechos humanos**. La Plata : Universidad Nacional de La Plata, 2011.

MENDES, Luciano; BONILHA, Maíra Coelho; ICHIKAWA, Elisa Yoshie; SACHUK, Maria Iolanda. **Tecnologias sociais, biopolíticas e biopoder: Reflexões críticas**. Cad. EBAPE.BE, Rio de Janeiro/RJ, v. 13, n. 4, artigo 2, p. 687-700, out-dez/2015.

MERTEN, Angelita da Luz. **Consumo Colaborativo e do Código de Defesa do Consumidor**. 2016. Disponível em <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/157235>>. Acesso em: 18. dez. 2017.

PEREIRA, Marcela Andresa Semeghini. **A influência do biopoder na economia: o tempo livre vigiado e consumido**. Revista Direito UFMS, Campo Grande, v. 1, n. 1, p. 67-85, jul./dez. 2015.

SAMPAIO, Simone Sobral. **Biopoder, Trabalho e Valor**. Revista Lugar Comum (UFRJ), v. 31, p. 23-29, 2010.

SANTIAGO, Mariana Ribeiro; CAMPELLO, Livia Gaigher Bósio. **Função social e solidária da empresa na dinâmica da sociedade de consumo**. Scientia Iuris, Londrina, v. 20, n. 1, p.119-143, abr. 2016. DOI: 10.5433/2178-8189.2016v20n 1p119. ISSN: 2178-8189.

SANTIAGO, Mariana Ribeiro; CAMPELLO, Livia Gaigher Bósio. **A responsabilidade civil por atividade de risco e o paradigma da solidariedade social**. Veredas do Direito, Belo Horizonte, v. 12, n. 23, p. 169-193, jan/jun 2015.

SERVA, Fernanda Mesquita; DIAS, Jeferson Aparecido. **Responsabilidade social nas instituições de ensino superior: entre o biopoder e a biopolítica**. Revista Argumentum, Marília/SP, v. 17, p. 413-433, jan-dez 2016.